

*Judiciária - turma 10*”, na modalidade a distância, realizado no período de 14 de maio a 30 de junho de 2012, 37 (trinta e sete) magistrados do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com carga horária total de 40h/a, considerando-se a hora-aula de 50 minutos, análoga à Portaria Nº 05/2008, da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC, publicada no DJCE de 06 de janeiro de 2009.

Art. 3º - O hora-aula obedece à Portaria nº 291/2008, publicada no DJ de 05 de março de 2008, que fixa o valor da Gratificação pelo Exercício de Magistério de acordo com a escolaridade do servidor.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, 23 de outubro de 2012.

**Desembargador JOSE ARISIO LOPES DA COSTA**  
**PRESIDENTE**

## **EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA**

### **E D I T A L Nº 162/2012**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no art. 68 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça,

**RESOLVE** convocar Sessão do Tribunal Pleno, a teor do art. 21, X do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, a se realizar no próximo dia 1º de novembro de 2012, às 16:00 (dezesesseis) horas, para apreciação e deliberação do processo contra magistrado, protocolizado sob o nº 8500234-43.2012.8.06.0026 e outros assuntos de interesse do Poder Judiciário.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em 24 de outubro de 2012.

Desembargador José Arísio Lopes da Costa  
Presidente

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 51/2012**

A CPL do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, torna público que realizará no dia **14 de novembro de 2012 às 10:00h (horário de Brasília)**, um Pregão Eletrônico do tipo Menor Preço Global por Lote, que tem como objeto a **“Aquisição de livros para compor o acervo bibliográfico das bibliotecas do Fórum Clóvis Beviláqua, da ESMEC e do TJCE (Des. Jaime Alencar Araripe), bem como de livros para dotação das Comarcas do Interior do Estado com as obras indicadas pela Associação Cearense de Magistrados (ACM)”**. As propostas de preços serão recebidas, por meio eletrônico, até o dia **09 de novembro de 2012 às 10:00h (horário de Brasília)**. Edital e demais informações estão a disposição dos interessados na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no horário de 08:00h às 18:00h, fone/fax: (85)3207-7098, (85)3207-7100, (85)3207-7954 ou pelo e-mail: [cpl.tjce@tjce.jus.br](mailto:cpl.tjce@tjce.jus.br) e pelos sites [www.tjce.jus.br](http://www.tjce.jus.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Fortaleza-CE, 24 de outubro de 2012.

**PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

## **CONSELHO DE MAGISTRATURA**

### **ATOS, RESOLUÇÕES E OUTROS EXPEDIENTES**

---

PROCESSO Nº 445-82.2007.8.06.0146.

NATUREZA: Recurso Administrativo

REQUERENTE: Maria Albino Matos (Titular do Registro Civil da Comarca de Pindoretama- Ceará)

ADVOGADO: Francisco Everardo Rodrigues da Rocha,

OAB/CE Nº 12.140

REQUERIDO: Juízo da Comarca de Pindoretama- Ceará

RELATOR: Francisco Auricélio Pontes

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA. PROCESSO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO. COMARCA DE PINDORETAMA-CE.- APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO PENAL. ULTRAPASSADO O MOMENTO OPORTUNO. PRECLUSÃO PRECEDENTES – IMPUTAÇÃO DOS FATOS ILÍCITOS APURADOS NA INSTRUÇÃO. ADITAMENTO DA PORTARIA. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DA MULTA IMPOSTA. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO.

1. Trata-se de Recurso Administrativo para reformar decisão que condenou serventúria nas penas de multa e repreensão pela prática de atos ilícitos, considerados como cobrança diferenciada dos serviços e ausência de tabela de preços em local visível.

2. Se a recorrente não suscitou vício do procedimento no momento oportuno, qual seja durante sua defesa e até as alegações finais, não há como acolher pedido de nulidade por pretender discutir matéria preclusa. Precedentes.

3. No ato que inaugura o processo disciplinar (Portaria) é desnecessária a minuciosa descrição dos fatos a serem apurados, que deve ocorrer apenas quando do indiciamento do servidor, posteriormente à fase instrutória. Precedentes.

4. Inviável a apreciação de pedido de redução da multa imposta se não há qualquer fundamentação nesse sentido.

5. Recurso rejeitado.